

A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança

The production of space and socio-environmental relations in the Middle Juruá: the construction of another governance

La producción del espacio y las relaciones socioambientales en el Medio Juruá: la construcción de otra gobernanza

Recebido: 29/04/2022 | Revisado: 09/05/2022 | Aceito: 17/05/2022 | Publicado: 21/05/2022

David Franklin da Silva Guimarães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4569-6000>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: davidguimaraes@ufam.edu.br

Marcos Roberto Figueiredo da Cunha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1960-4077>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: mmarcosrfcunha10@gmail.com

Tatiana Schor

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6220-3626>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: tatiana.schor@gmail.com

Monica Alves Vasconcelos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0388-5791>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: monica.engbio@gmail.com

Terena do Couto Sampaio Vidal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7826-2201>

Memorial Chico Mendes, Brasil

E-mail: terenacouto@gmail.com

Manoel da Silva Cunha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7802-8407>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasil

E-mail: manoel.cunha@icmbio.gov.br

Resumo

O presente artigo teve como objetivo analisar a produção do espaço no território do Médio Juruá a partir da governança das organizações sociais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade na região. A episteme utilizada nesse estudo foi a produção do espaço. O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico sobre a região, pesquisa documental e coleta de dados em campo com os atores da região. O território do Médio Juruá é marcado por uma história de opressão dos trabalhadores dos ciclos econômicos da borracha, mas também por um processo de lutas e construções sociais que mudaram a forma das relações sociais e ambientais da região. Esse processo desencadeou a criação de duas unidades de conservação de uso sustentável: RESEX do Médio Juruá e RDS Uacari. As cadeias da sociobiodiversidade representam uma importante ferramenta para a sustentabilidade da região, gerando renda e garantindo melhorias para a qualidade de vida. O processo de empoderamento para a criação de organizações sociais foi precursor na produção do espaço no Médio Juruá e no uso sustentável dos recursos naturais da região.

Palavras-chave Carauari; Seringueiros; Sustentabilidade; Lutas sociais; Amazônia.

Abstract

This article aimed to analyze the space production in the Middle Juruá territory from the governance of social organizations that work in the sociobiodiversity chains in the region. The episteme used in this study was the production of space. The study was carried out from a bibliographic survey on the region, documental and field research data collection with the main actors of the region. The Middle Juruá territory is marked by a history of workers oppression in the rubber economic cycles, but also by a process of struggles and social constructions that changed the form of social and environmental relations in the region. This process triggered the creation of two conservation units for sustainable use: RESEX of Middle Juruá and RDS Uacari. The socio-bio-diversity chains represent an important tool for the region sustainability, generating income and guaranteeing improvements to the

quality of life. The empowerment process for the creation of social organizations was a precursor in the production of space in the Middle Juruá and in the sustainable use of the region's natural resources.

Keywords: Carauari; Rubber tappers; Sustainability; Social struggles; Amazon.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar la producción de espacio en el territorio del Juruá Medio a partir de la gobernanza de las organizaciones sociales que actúan en las cadenas de la socio-bio-diversidad en la región. La episteme utilizada en este estudio fue la producción del espacio. El estudio se realizó a partir de un levantamiento bibliográfico sobre la región, investigación documental y recolección de datos de campo con los actores de la región. El territorio del Medio Juruá está marcado por una historia de opresión de los trabajadores en los ciclos económicos del caucho, pero también por un proceso de luchas y construcciones sociales que cambiaron la forma de las relaciones sociales y ambientales en la región. Este proceso desencadenó la creación de las unidades de conservación para uso sostenible: RESEX del Médio Juruá y RDS Uacari. Las cadenas de socio-bio-diversidad representan una herramienta importante para la sostenibilidad de la región, generando ingresos y garantizando mejoras en la calidad de vida. El proceso de empoderamiento para la creación de organizaciones sociales fue un precursor en la producción del espacio en el Medio Juruá y en el uso sostenible de los recursos naturales de la región.

Palabras clave: Carauari; Extractores de caucho; Sostenibilidad; Luchas sociales; Amazonas.

1. Introdução

A história da Amazônia é marcada por um processo de utilização irracional dos recursos naturais (Bertha, 2005). Nesse sentido, a governança policêntrica, com a presença de atores de diferentes níveis, nos usos dos recursos naturais se apresenta como uma forma imprescindível para a conservação e geração de renda às comunidades locais (Ostrom, 2009).

A principal fonte de renda em áreas protegidas ocorre por meio das cadeias da sociobiodiversidade. A sociobiodiversidade é definida como a relação entre bens e serviços gerados a partir dos recursos naturais que originam cadeias produtivas com a participação de povos e comunidades tradicionais¹ (BRASIL, 2009). A cidade de Carauari possui a comercialização de uma gama de produtos da sociobiodiversidade (Vidal, 2021; Guimarães, 2021; Siqueira, 2018; Silva, 2016; Schweickardt, 2010; Derick & Transferetti, 1992).

Entretanto, a constituição de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais no território do Médio Juruá perpassou por uma série de lutas, fortalecimento institucional, formação de base e a própria constituição do espaço. Para Lefebvre (2006), as relações sociais de produção não podem ser compreendidas sem entender o espaço e as relações existentes nele, pois não há (re)produção sem existência de espaço.

Ao considerar o espaço social como um produto social (Lefebvre, 2006), o presente estudo desenvolveu-se por meio de um estudo bibliográfico acerca das lutas e processos sociais que desencadearam a criação do território do Médio Juruá, bem como coleta de dados primários para entender as estratégias de governança existentes para o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade da região.

Nosso intuito nesse manuscrito não é findar determinando todo o processo de produção do espaço em Carauari, mas contribuir com elementos para a compreensão como Lefebvre, buscando o entendimento dos movimentos, ritmos, frequências, relações sociais, redes e lugares. Nesse sentido, a construção dessa pesquisa se deu a partir dos preceitos da ritmanálise que possibilita uma análise ampla e universal de fenômenos nos quais o tempo e a vida coexistem e os ritmos regulam a vida cotidiana por meio de repetições, interfaces de processos lineares e cíclicos e as relações estabelecidas dentro tempo e do espaço (Lefebvre, 2013).

Dessa forma, o presente manuscrito tem como objetivo analisar a produção do espaço no território do Médio Juruá a partir da governança das organizações sociais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade na região.

¹ Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2017)

No primeiro capítulo será apresentada o modelo de exploração dos recursos naturais e de trabalho em Carauari na época dos coronéis da borracha, demonstrando como ocorria as relações de trabalho e o processo de defesa de direitos dos seringueiros. O capítulo seguinte ressalta a produção do espaço do território do Médio Juruá como forma de resistência ao sistema de exploração imposta aos povos da floresta. O terceiro capítulo ressalta as cadeias da sociobiodiversidade e o protagonismo das organizações sociais para a construção de um novo modelo de gestão e governança desses recursos.

2. Metodologia

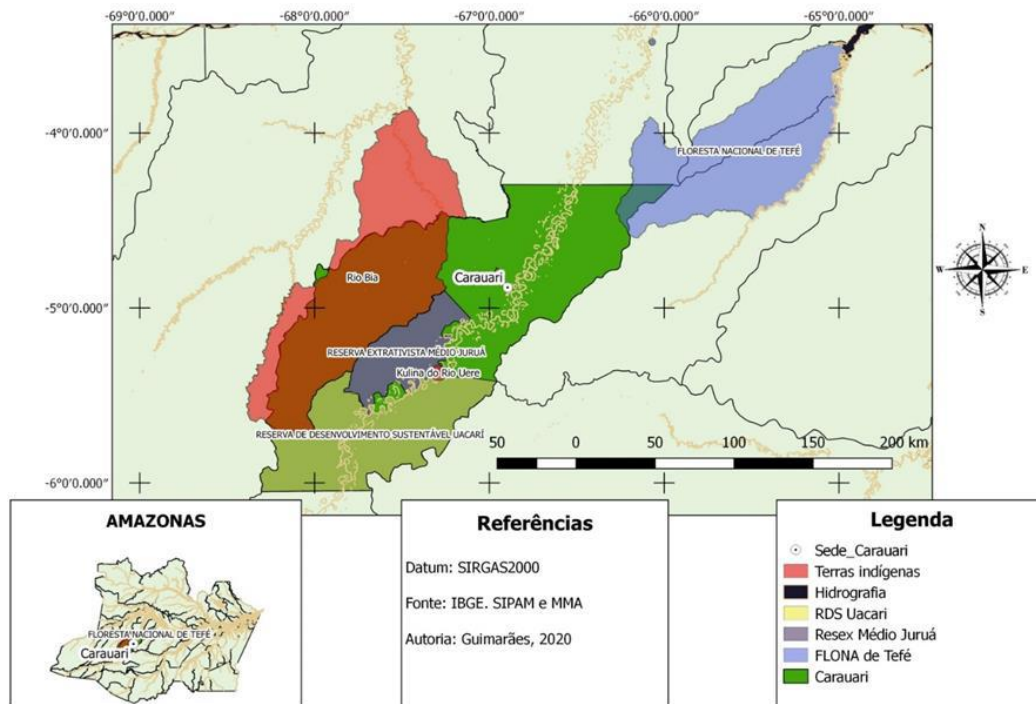
A episteme utilizada para esse estudo foi a produção do espaço baseada nos pressupostos descritos por Lefebvre (2006), onde o espaço é produzido por meio das relações sociais e do homem com a natureza. O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica da produção científica sobre a região, entrevistas semiestruturadas a partir da coleta de dados primários junto a atores sociais como seringueiros, pescadores, lideranças de organizações locais e representantes de organizações governamentais. As entrevistas realizadas ao longo da foram transcritas e alguns trechos se encontram no decorrer do texto como forma de garantir aos sujeitos dessa pesquisa aspecto central em seus resultados.

Além disso, foi utilizada a ritmanálise com uso da observação, diários de campo e participação de reuniões, assembleias e permanência contínuo dos pesquisadores no Médio Juruá. Esse esforço metodológico buscou mostrar uma visão do próprio ribeirão que vivenciou todas as etapas de exploração, resistência e o protagonismos de um povo por meio de suas próprias organizações sociais.

A teoria da produção do espaço foi a episteme utilizada para entender as mudanças estruturais e estruturantes ocorridas ao longo dos anos para a construção da governança socioambiental no Médio Juruá. Essa análise levou em consideração os conflitos, formas de organização e alternativas de geração de renda promovidas pelas populações do Médio Juruá e suas organizações.

O Médio Juruá encontra-se no município de Carauari, sub-região administrativa do Juruá no estado do Amazonas. Carauari é um município banhado pelo Rio Juruá que possui duas unidades de conservação dentro do seu território: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e Reserva Extrativista do Médio Juruá (Figura 1). Carauari é um município do interior do estado do Amazonas às margens do Rio Juruá. O município fica a 1.676 quilômetros da cidade de Manaus. Essas longas distâncias devem-se a sinuosidade do rio Juruá (Derickx & Transferetti, 1992).

Figura 1: Mapa do Município de Carauari.



Fonte: Da Silva Guimarães, D. F. (2022).

Para além das duas unidades de conservação que estão inteiramente dentro do seu território, no município de Carauari também está presente a Terra Indígena do Rio Bia pertencente ao povo Deni e parte do seu território na Floresta Nacional de Tefé.

3. Resultados e Discussão

3.1 Carauari e sua relação com a borracha

A história de construção social na região do Médio rio Juruá perpassa por um processo de formação, empoderamento e organização. Os aspectos socioeconômicos dessa região, assim como em outras regiões do Amazonas, são marcados pelos tempos áureos da economia baseada no extrativismo do látex das seringueiras para produção de borracha. Esse ciclo econômico foi baseado no trabalho anômalo a escravidão, onde os coronéis da borracha, donos dos seringais, exploravam a mão de obra de nordestinos, negros e indígenas ao longo dos rios do Amazonas (Schweickardt, 2010).

O primeiro ciclo da borracha teve início no ano de 1850 até o ano de 1912, quando foram instalados plantios de seringueira na Malásia e produção de borracha sintética, impactando diretamente nos preços praticados da borracha da Amazônia. O próprio processo de ocupação da região remonta esse período, pois não havia ocupação dos territórios no entorno do rio Juruá no ano de 1860 (Derickx & Transferetti, 1992). A cadeia produtiva da borracha gerou uma enorme migração de famílias do nordeste brasileiro para a região amazônica por meio da promessa de trabalho e terras férteis às margens dos rios da bacia amazônica. De acordo com os mesmos autores, a seca de 1877 no nordeste foi fator culminante para que ocorresse a migração de agricultores rurais dessa região para o Amazonas, chegando até a região do Juruá cerca de 40.000 pessoas.

As duas guerras geraram uma enorme demanda por borracha para a produção de pneus e outros insumos utilizados pelos Estados Unidos e seus aliados (Derickx & Transferetti, 1992). Nesse contexto, houve o incentivo a partir do ano de 1939, marcado pelo início da segunda guerra mundial, do segundo ciclo da borracha. Todo esse processo foi incentivado pelo

governo militar de 1965 que sob a supervisão de administradores territoriais deram suporte para a chegada de nordestinos na região. Os relatos do seringueiro e ex-presidente do Conselho Nacional de Populações Extrativistas, M. C., evidencia essa situação:

O Médio Juruá já teve uma época com mais de 100 seringais. A gente era os seringueiros, freguês, como a gente era chamada, que nem profissão tinha, quem dera se a gente fosse considerado seringueiro. Papai diz que a seringueira é a única coisa que dá vida e fica com a vida. Nem o privilégio de ser chamado de seringueiro nós tinha, a gente era freguês. Isso a gente virou duas gerações vivendo nessa situação. Meu bisavô veio do Ceará casado depois de um tempo meu avô nasceu aqui e então gerou a geração do meu avô e foi boa parte do meu pai (M. C., 2022).

A economia baseada na borracha gerou muita riqueza, ilustrada nas obras arquitetônicas europeias nas duas principais capitais da Amazônia brasileira: Belém e Manaus. A própria construção do Teatro Amazonas é resultado desse processo, mas os ganhos da economia baseada na cadeia da borracha não chegaram até seus principais atores, os seringueiros. Esses extrativistas vieram para as margens do rio Juruá com o interesse em melhorias de qualidade de vida, entretanto, acabaram tendo que lutar por sobrevivência e enriquecendo um sistema exploratório para garantia de subsistência de suas famílias.

Construíram-se palácios em Manaus, Belém, Londres... acumularam-se fortunas, formaram-se “doutores” (exploradores) às custas do trabalho do seringueiro. Em seu tapiri, rodeado de filhos, miséria e dívidas ao patrão e regatão, ele sobrevive teimosamente da exploração e opressão (Derickx & Transferetti, 1992, 108 p.).

A cadeia produtiva da borracha chegou a representar umas das principais atividades econômicas do país. Entretanto, a riqueza baseada na borracha não gerou dignidade de vida aos seringueiros que ocuparam vários territórios na região amazônica. Muitos morreram pelas doenças vetoriais que assolam a região, passaram fome, foram escravizados, bem como foram assassinados por patrões, coronéis da borracha, ao discordarem das práticas ilegais e cruéis exercidas em seus seringais. Os seringueiros eram proibidos de ter autonomia em seus roçados, pescarias e eram obrigados a vender toda a sua produção para os patrões por um preço injusto e que explorava esses trabalhadores (Schweickardt, 2010). Essa situação é evidenciada por Derickx e Transferetti (1992):

No rio Juruá, os seringueiros e os índios Deni e Kulina sofrem as consequências da secular escravidão imposta pelos coronéis de barranco, hoje os patrões, pseudodonos dos seringais. Sofrem por causa da permanente invasão de comerciantes exploradores, pescadores e madeiros. Tudo com a total complacência e consentimento das autoridades locais. Um rio tão rico em peixes e quelônios, vê desaparecer a cada dia a tartaruga, e o tracajá vai no mesmo caminho. Choca, contraditoriamente, com um país que é convidado a ingressar no “Primeiro Mundo” a escravidão sempre vergonhosa, em que está submetida praticamente toda a população deste rio (49-50 p.).

A segunda era econômica da borracha teve seu declínio na década de 70, marcando profundamente a produção de látex no município de Carauari e economia da região. Essa crise levou os extrativistas da região a explorarem outros recursos como a madeira, peixe e caça predatória. Outra atividade econômica que moldou as relações na cidade foi a prospecção de petróleo e gás natural promovida pela Petrobrás no final da década de 70, trazendo empresas e pessoas de várias regiões do país para Carauari (Derickx & Transferetti, 1992). A nova movimentação econômica pela possível exploração petrolífera trouxe investimentos para a estrutura do município, como a construção de estradas, hotéis, restaurantes, aeroporto e outros equipamentos para a cidade. Entretanto, a prospecção mostrou a inviabilidade da exploração de petróleo e gás natural em Carauari, transferindo essa atividade para o município de Coari na região conhecida como Urucú, tornando Carauari base para o transporte de funcionários e técnicos devido à proximidade com essa região.

Em regiões mais populosas do país já existiam movimentos de trabalhadores e sem terras bem desenvolvidos, algumas das lideranças desses movimentos acabaram se refugiando na Amazônia e começando novos movimentos sociais. Esses atores iniciaram um trabalho gradativo dentro dos seringais e com isso foi iniciado os primeiros sedimentos para criação de sindicatos dos trabalhadores rurais em alguns municípios da Amazônia para o fortalecimento das lutas em defesa de direitos.

Desse processo surgiram estratégias de resistência dos próprios seringueiros que com o apoio da igreja católica e do Movimento de Educação de Base (MEB) criaram articulações em defesa de seus direitos sociais e por território. Essa estratégia dos grupos em vulnerabilidade, oprimidos e ameaçados desponta como resistência e organização para a defesa de direitos promovida por públicos marginalizados (Martinez-Alier, 1997). O território do rio Juruá, assim como no rio Jutá e Madeira, foi um dos polos de onde pôde emergir processos de formação social e política em defesa da terra, dignidade e respeito aos seringueiros dessas regiões. Esse processo foi impulsionado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais e assessorado pelo MEB, culminando na construção de encontros que contribuíram para a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS (Schweickardt, 2010).

3.2 A produção social do Médio Juruá

Nessa luta por justiça socioambiental (Acserald, 2010) os seringueiros não buscavam somente o reconhecimento e valorização de sua profissão, mas seus direitos humanos que foram drasticamente violados pelos patrões da borracha e pelo próprio Estado que acaba por exercer um papel dicotômico, já que deveria garantir e não violar direitos (Jatobá et al., 2009). Ao desencadear essa luta vários foram os seringueiros que foram ameaçados ou assassinados na região, entre os quais, o líder Chico Mendes no ano de 1988 na cidade de Xapuri no Acre. Logo, a produção do espaço na região do Médio Juruá perpassou também por um processo de luta de classes contra o poder hegemônico do seringalista e ausência do Estado.

A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias. (Lefebvre, 88 p., 2006)

Em Carauari essas lutas vieram das inquietações sociais com o modelo de exploração e opressão praticado na época. A luta de classe foi a ferramenta para a organização, união e empoderamento das populações extrativistas na época. Esse processo revelou aos seringueiros que é possível ter outra forma de vida, mais justa e igualitária. Logo, aquele território foi cenário para o enfrentamento dos seringueiros com os coronéis da borracha. As falas dos entrevistados ressaltam a importância desse trabalho de base desenvolvido nos seringais para o fortalecimento comunitário e empoderamento de lideranças:

Os movimentos sociais da época o MEB, a Igreja católica e o sindicato eles foram os pilares pra iniciar esse processo. Então nós acreditamos que se não tivesse aquele trabalho da igreja e do MEB lá em 89-90 talvez hoje o Médio Juruá não teria as conquistas e garantia do território, sem aquela participação, sem aquela mobilização, sem aquele incentivo mesmo. Então a gente compreende que essas instituições foram fundamentais para aquilo que o Médio Juruá é hj (M. S., 2022).

Os movimentos foram muito importantes. Junto com o MEB, CNS e a igreja conquistamos as reservas. Sem a parceria deles seria muito mais difícil conquistar esse espaço (F. S., 2022).

O trabalho que eles fizeram de início e de base, de reunir, de lutar, de ir de canoinha, de enfrentar as dificuldades que enfrentaram, para que hoje a gente chegasse aqui. Eles formaram a ponte para que pudéssemos trilhar o caminho que estamos trilhando hoje (F. M., 2022).

Cabe ressaltar que a luta dos seringueiros perpassava por um outro viés, o ambiental. Com o avanço da agenda ambiental global e a necessidade de conservação das florestas, o modus de vida dos seringueiros e sua relação com a natureza demonstrava uma forma de conciliar a geração de renda com a proteção dos recursos naturais. Logo, a luta dos seringueiros pautava-se na necessidade de demarcação de territórios para a proteção das florestas e manutenção do modus vida dessas populações.

Desse processo foram criadas as Reservas Extrativistas, como a reforma agrária dos seringueiros, com vastos territórios demarcados para que os extrativistas pudessem realizar duas atividades produtivas. Ao escrever sobre a Eco92, Conferência da ONU sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, Padre João Derickx enfatiza como os seringueiros são obrigados a desmatar a floresta e a utilizar os recursos naturais de forma predatória por necessidade:

(...) Creio que o leitor está escandalizado com todos esses dados horripilantes do “ataque a floresta”. Como é possível tanto sangramento da selva especialmente no ano da ECO/92?

Mas não culpem os ribeirinhos, pelo amor de Deus...

Eles são como os famintos que para não morrer, assaltam um supermercado (Derickx & Transferetti, 56 p., 1992).

Padre João Derickx também relata que nos 08 encontros de seringueiros realizados em Jutai e Carauari, bem como nas correspondências enviadas a órgãos oficiais e o próprio encontro nacional de seringueiros, existe a solicitação dos seringueiros de Carauari para a criação de uma Reserva Extrativista na região que pudesse garantir o direito à terra por parte desses povos da floresta, onde os patrões latifundiários ocupavam vastos territórios, bem como a conservação de recursos pesqueiros e proteção da floresta.

O seringueiro do Rio Juruá é obrigado a trabalhar na derrubada de árvores por extrema necessidade. Os preços dos produtos como a borracha e a farinha são tão aviltantes que se submete a este trabalho de destruição (o que não é de sua índole). Ele quer uma Reserva Extrativista com todas as condições de vida que a mesma oferece (Derickx & Transferetti, 53, 1992).

Esses encontros foram cruciais para a produção do conhecimento e fortalecimento de vínculos entre seringueiros de diversos seringais diferentes espalhados pelas margens do rio Juruá. Dessa forma, tornaram-se precursores das lutas de resistência e de transformação social que estavam por vir.

[...] Até que um certo dia o MEB organizou pelo rádio um encontro de seringueiros, aí sim a gente começa a ser chamado de seringueiro. E eu fui participar desse encontro de seringueiro, aí subiu um caboclo para participar desse encontro chamado Taveira, com um papel madeira enrolado na mão, e aí ele esticou na parede e era assim: uma pirâmide que tinham 03 caboclo lá de cima, abaixo 05 militares armados virando bicho, mais embaixo tinha outra camada de certa quantidade e embaixo uma grande massa. E ele abriu o encontro fazendo uma análise de conjuntura da sociedade brasileira e olha que eu tinha 24 anos. Até ali nós éramos pobres porque Deus queria, segundo minha mãe, e era bom a gente ser pobre, porque era um jeito de se salvar e minha mãe se agarrava muito naquilo que é mais fácil um cabo grosso, que é o camelo, passar num furo de uma agulho do que um rico se salvar. Então ser pobre era sofrido aqui, mas a outra vida tava garantida, minha mãe pregava isso. Mas naquela análise de conjuntura do Tadeu ficou claro pra mim que a gente era pobre não porque Deus queria, mas porque o sistema brasileiro colocava que era pra ter o rico e o pobre, inclusive o pobre para trabalhar para o rico. Então ali começou não só a minha mudança, mas a mudança de várias lideranças que estava ali naquele encontro, era um encontro de seringueiros de vários seringais (M. C., 2022).

O encontro nacional dos seringueiros ocorrido em Brasília no ano de 1985 foi outro marco para a luta desses extrativistas, pois a partir dele foi criado o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e formatada a proposta para a criação de Reservas Extrativistas (RESEX). De acordo com M. C., seringueiro, ex-presidente do CNS e atual gestor e morador da RESEX

do Médio Juruá: após esse momento houve uma série de reuniões no ano de 1997 que resultaram na criação dessa área protegida.

O Conselho Nacional de Seringueiros demonstrou-se ser um importante instrumento para a representação política e de articulação das lutas dos seringueiros, porém, existia a necessidade de se criar organizações nos municípios que pudessem operacionalizar essa luta e gerar o fortalecimento contínuo das bases desse movimento. Nesse sentido, foi criada a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) como organização que pudesse apoiar os seringueiros e outros agricultores rurais do município de Carauari na garantia de direitos. A ASPROC foi fundamental nesse processo, pois representou a legitimação dessa luta organizada, tornando-se propulsora das transformações da vida das populações extrativistas e do Médio Juruá.

[...] Então era muito difícil, então o MEB pregava muito isso nos encontros: olha a prefeitura não tem condições de botar uma escola para cada família de seringueiro, mas se vocês se organizarem em comunidade aí nós tem condição de mobilizar através de associação, de sindicato e aí a gente começa a entrar nesse pensamento mais coletivo de se organizar em um objetivo coletivo[...]. e o primeiro objetivo nosso foi de se libertar das garras do patrão, a gente levou tão a sério a análise de conjuntura que o Tadeu fez era tudo que a gente mais queria, você ver que a primeira regra no estatuto da associação é libertar o associado da garra dos patrões. Só que a gente não sabia que eles têm outros trunfos, então quando a gente cria a ASPROC e começa a comercializar pela ASPROC aí eles deram a rasteira baixa. Aí eles suspenderam os seringueiros de sua atividade de seringa [...] eram 30 dias que você não podia frequentar sua estrada de seringa. Isso era uma perda muito grande, porque era um mês sem trabalho. A gente passava necessidade porque o que a gente produzia não alimentava nossas necessidades. Então os patrões de cima suspendiam seus seringueiros e os de baixo sofriam com a polícia na costa, por isso que o Sr. E. foi preso. Aí a gente começa a perceber, não, peraí, só criar uma organização e ser organizado nela não basta, nós temos que garantir o território, porque se nós garantirmos o território, aí sim, porque nós estamos organizados e com o território garantido. E essa garantia do território se espelhou muito no Acre [...] (M. C., 2022).

Naquela época éramos subordinados ao patrão. Daí chegou o Padre Joao Derickx, começando pelo Roque. A primeira experiência foi na venda de banana em troca de outros itens de rancho, como deu certo foi expandido para outras comunidades. Em 1991 foi a formação das primeiras comunidades (Sebastião Souza, 2022).

Nós não tínhamos capital de giro, era uma coisinha muito pouca que não dava para comprar muita coisa. Era um barco pequeno e a gente levava pouca mercadoria. Os sócios reclamavam muito pq a gente começava da última comunidade para as mais próximas e quando chegava mais perto já não tinha mais mercadoria. Eu viajava muito só. A gente sofria muito ouvindo os cominitparops pq eles não tinham condições de ir para Carauari. A construção do barco da ASPROC foi com a contribuição de retirada de madeira das comunidades e construção do barco em Carauari (Sr. E., 1995-1998).

Algumas famílias de seringalistas se oporam a criação de uma unidade de conservação da região, visto que esta marcaria o fim da relação de opressão e coronelismo de grandes latifundiários da região. Uma dessas famílias, de acordo com Schweickardt (2010), foi a Lobo, ex-proprietários do seringal Pão, que hoje é reconhecida como uma família de comerciantes de Carauari.

Foram realizadas audiências e reuniões nas comunidades, cabe ressaltar a participação incisiva de lideranças da comunidade do Mandioca no processo de construção da RESEX do Médio Juruá. A partir das lutas fomentadas pela ASPROC, MEB, Igreja Católica e outras organizações foi articulada a criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, de administração federal, no ano de 1997 como forma de garantir os direitos aos territórios ocupados pelas populações extrativistas da região. Entretanto, na decretação da RESEX, a comunidade do Mandioca, assim como outras comunidades da margem esquerda do rio Juruá, não foram incluídas no território dessa área protegida.

Quando foi em 90 nós protocolamos o pedido da criação da RESEX do Médio Juruá pra gente viver dignamente, porque a gente alimentava um patrão que vivia nas nossas costas. A Resex é um filho de 07 anos, ela foi pedida em 90 e criada no dia 4 de março de 1997. Aí sim, a gente começa a garantir o território. Mas ainda tinham 17 patrões aí dentro, daí a gente teve que fazer do limão, uma limonada. A gente não podia expulsar esses caboclos, mas aí a gente foi minando eles das coisas a ponto que eles perderam a fonte econômica deles e eles se sentiram acoados a ponto de

que dali eles foram migrando [...]. O derradeiro que saiu foi do seringal Monte Cristo que ainda tentou virar liderança, mas o bicho pensava totalmente diferente, pegava pau logo no começo dos encontros e foi saindo. Só que o Ibama deu um golpe grande nós, porque quando a gente falava na RESEX do Médio Juruá, a gente falava desse território aqui que vai do Gumo do facão a Boca do Xeruã, era esse o território. Aí na hora da criação chega um doido do IBAMA dizendo que Unidade de Conservação não podia ser criada pegando as duas margens do rio. Mentira! Não está escrito em lugar nenhum. Aí meu amigo foi doloroso ter que delimitar esse território aqui. Aí fomos para o critério, onde as comunidades eram mais populosas, tinham mais gente, onde tinham mais comunidades de terra firme, então fomos usando alguns critério para delimitar (M. C., 2022).

Contudo, as populações dessas comunidades não desistiram de sua proposta inicial e por meio de muitas articulações conseguiram no ano 2005 a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, unidade de conservação de administração estadual, que contempla as comunidades da margem esquerda do Rio Juruá.

Cabe ressaltar que a criação da RDS Uacari também representou um processo de lutas, marcado pelas articulações com organizações da sociedade civil e representações do governo do estado do Amazonas.

[...] continuou-se a lutar para garantir esse resto de território, mas aí ficou muito difícil, porque para o governo criar duas reservas juntas era um absurdo, esse pessoal tinham que migrar daqui [apontando em uma mapa] ali para dentro, mas poxa o cara sabe onde está a estrada de seringa dele é aqui, é aqui que está enterrado os avós dele, não dá para deixar de qualquer jeito. Aí em 2005 tivemos um governo de estado com esse espírito de criar unidade de conservação, sacou de imediato que a fruta aqui estava madura que o abacaxi estava maduro a ponto de comer, porque o pessoal já estava mobilizado, já era organizado, tinha todo o seu sistema produtivo definido ali. Então quando ele viu, se encantou, então botou pressão pra gente aceitar, até que a gente fez uma assembleia, porque a gente queria uma federal e aí foi determinado no voto ali e a diferença não foi tão grande assim entre os que queriam ser criado pelo estado de imediato e os queriam continuar lutando pela ampliação da RESEX do MJ, mas foi muito difícil, mas a maioria decidiu e foi criada a RDS Uacari em 2005. Veja que foi um tempo de 1997 a 2005, foi um tempo bom que passou dessa batalha (M. C., 2021).

Nesse processo, ainda houve a resistência de seringalistas, que se consideravam os donos das terras, assim como com pescadores que por meio da Colônia dos Pescadores se mostraram contrários a instalação de mais uma área protegida no município.

Por meio de reuniões e audiências públicas foram esclarecidas as dúvidas e receios dos pescadores do uso dos recursos pesqueiros da região, consolidando a implantação de acordos de pesca nas comunidades com a determinação de locais onde se possibilita a pesca e outros de proteção. Nesses encontros ficou clara a importância da conservação dos lagos para a manutenção da disponibilidade de peixes para as populações não só das reservas, mas para as do município como todo.

Com a criação das duas unidades de conservação também surgiu a necessidade de fortalecimento das lutas entorno desse território, efetivando estratégias para a conservação dos recursos naturais conciliada a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações das comunidades das reservas. O primeiro passo foi o reconhecimento dessa região, marcada pelas duas unidades de conservação e a Terra Indígena Deni, como um território comum, onde eles partilham recursos, vivências, culturas e modus de vida. Logo foi germinado nas lideranças e moradores a produção de um território que possibilitasse o engendramento de suas reivindicações sociais, nessa perspectiva surge o território do Médio Juruá como forma de fortalecimento das lutas, promoção de desenvolvimento e dignidade dessas populações juarenses.

Nesse contexto, as populações do Médio Juruá produziram uma relação de territorialidade com esse espaço, evidenciada na defesa dos recursos naturais, modos de vida e as relações socioambientais constituídas na região por meio de um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo (Raffestin, 1993).

Cabe ressaltar que esses extrativistas já possuíam um comportamento pró-ambiental devido ao seu convívio de muitos anos com a natureza, de onde tiravam sua sobrevivência, seja na extração do látex, no cultivo da terra, na pesca aos lagos, rios

e igarapés para sua alimentação. Assim surgiu o entendimento de que cuidando, vivendo em comum com a natureza sempre teriam subsistência garantida não só para si, mas, sobretudo, para as futuras gerações.

Dessa forma, os homens e mulheres do Médio Juruá não foram reféns do sistema de opressão que foi imposto a eles na região, eles conseguiram modificar as relações de trabalho, fortalecer suas lutas e nessa disputa produzir um espaço que coadunasse lutas, perspectivas e identidades. Logo, foi possível obter transformações das relações sociais exploração-dominação, inerentes ao capitalismo, existentes na região (Lefevbre, 2006). Cabe ressaltar que toda a produção desse espaço e transformação desse sistema foi constituído a partir de lutas sociais, conflitos e disputas inerentes as relações sociais de uma sociedade capitalista.

Nesse contexto, foi necessária a criação de outras organizações locais e de articulação de segmentos específicos como forma de fortalecer a constituição social da região das unidades de conservação conhecida como Território do Médio Juruá. Desse pressuposto foram criadas organizações como: Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari (AMARU), Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (AMECSARA), Associação Agroextrativista de Nova Esperança (AANE), Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (CODAEMJ) entre outras.

Como forma de fortalecer o diálogo entre as diferentes organizações e gerar maiores conquistas para a população do Médio Juruá foi criada em 2010 o Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ) que houve as organizações da sociedade civil da região, bem como parceiros e outras instituições públicas e privadas que integram a rede de governança socioambiental da região. Essa rede funciona com uma articulação importante na defesa de direitos socioambientais e estratégica para eficácia de políticas públicas no Médio Juruá, qualificando o FTMJ como uma rede territorial (Gonçalves Junior et al., 2021).

Das articulações desencadeadas pelas lutas sociais no território do Médio Juruá merecem destaque a criação do Programa Território do Médio Juruá em parceria com empresas como a SITAWI que viabiliza financiamento de projetos executados pelas próprias organizações locais da região.

O Fundo de Repartição de Benefícios do Médio Juruá que é o instrumento no qual a Natura investe recursos para fomentar a execução de projetos das organizações locais como forma de efetivar a Política Nacional de Uso do Patrimônio Genético, do Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios. A obrigatoriedade da repartição de benefícios ocorre na região devido ao uso de óleos vegetais de andiroba e murumuru oriundos do conhecimento tradicional da região. Entretanto, cabe ressaltar que a Natura já possui esse sistema de repartição antes da obrigatoriedade da lei. Em Carauari o Fundo é gerido por um conselho gestor formado por organizações consideradas de grande porte, gestores das unidades de conservação, a Natura e a secretaria do fundo.

A produção do espaço na região do Médio Juruá teve início com a transformação da consciência sociopolítica da população, que ao passarem por um processo de educação popular conseguiram romper o silêncio e a passividade dos atores em buscar de enfrentar os seringalistas, representantes da burguesia local (Lefevbre, 2006). Logo, essa produção foi fruto de um processo intenso e contínuo de formação e empoderamento das comunidades ribeirinhas da região, levando ao seringueiro a compreensão que era preciso romper com aquele sistema para garantir dignidade e melhoria de qualidade de vida para suas famílias.

A partir do processo de educação formal e sociopolítica promovida pelo Movimento de Educação de Base (MEB) na região do Médio Juruá, os extrativistas puderam entender que as relações de trabalho exercidas no seringal, a exploração predatória dos recursos naturais e a ausência de políticas públicas básicas precisavam ser rompidas. O modelo de educação preconizada pelo MEB na região era baseado no método de educação proposta por Paulo Freire e como tal cumpriu seu papel de ser libertadora para que os seringueiros, oprimidos pelo sistema dominado pelo seringalista, pudessem criar estratégias para

melhorar suas condições de vida e suas realidades (Freire, 2018). A educação levada pelo MEB as comunidades ribeirinhas em Carauari, baseada na teologia da libertação, para além da formação, promoveram a cidadania e empoderaram às famílias extrativistas sobre seus direitos e a importância da organização social.

A partir de um processo de tomada de consciência, fortalecido pelo Movimento Eclesiástico de Base (MEB) e lideranças locais, as comunidades integraram um processo transformador da realidade local. No seu início era apenas três comunidades beneficiadas: Gumo do Facão, Pupuaf e Roque, as mesmas indicavam pessoas para serem educadas e capacitadas tornando-as conscientes de sua realidade e seus direitos e, conseqüentemente, se tornarem lideranças de suas comunidades. Vendo a importância desse processo formativo, o MEB foi se expandindo ao longo do Rio, essas lideranças formadas começaram suas reivindicações por direitos, com isso foi criada a primeira escola que ficou localizada na comunidade Gumo do Facão, onde o patrão² mandou destruí-la e fazer uma maromba³ para abrigar sua criação bovina, porque o seringueiro não precisava aprender a ler e escrever.

Outro fator importante nesse processo da produção do espaço no Médio Juruá está articulação dos movimentos sociais. Da articulação promovida junto ao MEB, pastorais sociais da igreja católica, Conselho Nacional dos Seringueiros junto as organizações sociais de Carauari foi possível reivindicar direitos, denunciar as opressões sofridas e promover o anúncio de um outro futuro para esse território banhado pelo rio Juruá com educação, saúde, saneamento, terra e trabalho digno.

As conquistas das organizações do Médio Juruá, para além da criação das unidades de conservação, estão: no saneamento básico nas comunidades ribeirinhas promovido pela ASPROC em parceria com o governo federal; construção de escolas em parceria com a Prefeitura e a Fundação Amazônia Sustentável, venda de produtos da cesta básica e comercialização da produção dos agricultores familiares por meio do projeto Comércio Ribeirinho liderado pela ASPROC; cursos de ensino técnico e superior para os jovens ribeirinhos na Casa Familiar Rural (CRF) desenvolvido em parceria com Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Centro Educacional Tecnológico do Amazonas (CETAM) e Fundação Amazonas Sustentável.

O projeto Sanear Amazônia demonstrou de forma experimental que o uso de tecnologias sociais pode ser uma saída para lidar com cenários de vulnerabilidade relacionados a ausência de saneamento básico (Bernardes, Costa e Bernardes, 2018; Veloso, 2019; Oliveira, Bernardes e Bernardes, 2020).

3.3 As cadeias da sociobiodiversidade e as organizações sociais em Carauari

Paralelo ao processo de criação das unidades de conservação foram criadas e fortalecidas cadeias produtivas na região que inicialmente foram lideradas pela ASPROC como forma de gerar renda e sustentabilidade econômica para a região. Aliás, a organização social foi crucial para a consolidação de direitos, como a própria consolidação do território no Médio Juruá. A exploração dos recursos naturais sempre foi constante na região, marcada pela exploração do látex das seringueiras, entretanto, também ocorria a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras que atuavam nessa extração que viveram, por muito tempo, em condições anômalas à escravidão (Alegretti, 2002).

A utilização dos recursos naturais sempre foi aspecto intrínseco a economia do Amazonas, o que o processo de educação de base e as lutas promovidas pelos atores sociais da região desencadearam foi a transformação de um modelo exploratório e predatório para uma modelo mais sustentável baseado em princípios da economia solidária e com a conservação dos recursos naturais. Logo, as relações de trabalho existentes na região foram drasticamente modificadas, pois a figura do patrão, coronel da borracha, deu o lugar a organizações da sociedade civil, onde os donos são todos os seus associados e democracia no processo de escolhas das representações e decisões desses empreendimentos.

² Forma como era conhecido o seringalista por parte dos seringueiros que ocupavam o território sob o seu domínio.

³ Construção suspensa, onde são alocados objetos e animais acima do nível do rio no período de cheia.

O principal fator que contribui com a geração de renda e desenvolvimento da região são as cadeias econômicas ligadas à sociobiodiversidade. Entre os produtos da sociobiodiversidade explorados economicamente na região estão a cadeia dos óleos vegetais, do manejo de pirarucu e tabaqui, da borracha, do açaí, da farinha de mandioca e da exploração de madeira manejada.

A primeira delas foi a cadeia produtiva da borracha que tem uma relação histórica no Médio Juruá e atualmente é comercializada pela ASPROC para grandes empresas como Michelin, empresa que atua na fabricação de pneus para caminhões e aviões. A venda da borracha ocorre nas cantinas comunitárias como moeda de troca por alimentos não perecíveis, produtos de higiene e limpeza, bem como utensílios (Figura 1).

Figura 1: Estoque de Farinha de Mandioca e Borracha na cantina da comunidade São Raimundo.



Fonte: Guimarães (2021).

Outra importante cadeia para a região é a de óleos essenciais de andiroba e murumuru que hoje são destilados na própria região e comercializados pela Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (CODAEMJ) e Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari (AMARU) para a empresa Natura & Co. A CODAEMJ possui uma indústria de beneficiamento da andiroba na comunidade do Roque, na RESEX do Médio Juruá, onde recebe as sementes de andiroba e murumuru coletadas nas comunidades das reservas e realiza o beneficiamento das mesmas (Figura 2).

Figura 2: Agroindústria de beneficiamento de óleos vegetais da CODAEMJ.



Fonte: Acervo da CODAEMJ.

Uma cadeia que vem em franco crescimento é a da pesca manejada de pirarucu e tambaqui que já possui usina de beneficiamento da ASPROC, onde houve o investimento de cerca R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) de recursos próprios e obtidos em parceria com organizações públicas e privadas na construção de entreposto para o processamento dos pescados que são filetados e embalados para a comercialização na cidade de Manaus e em outros estados.

A pesca é uma das várias atividades desenvolvidas na região de Carauari, a comercialização acontece de forma livre dentro do município nas feiras e nos bairros, é comum que os pescadores também desenvolvam outras atividades como os extrativismo para complementar a renda nos períodos em que a pesca estiver em período de baixa (Florentino, 2017).

Devido as dificuldades existentes nas áreas protegidas tanto de recursos financeiros como humanos Silva (2016) destaca que,

alianças formais com residentes da reserva podem descentralizar a gestão de recursos, fortalecendo sistemas de vigilância e reduzindo assim os custos de conservação. [...] Estas abordagens são muitas vezes referidas como Gestão Baseada na Comunidade (CBM), por meio da qual a população local com interesse em atividades de uso sustentável passa por um processo de capacitação processo para obter o controle de gestão de seus sustentáveis naturais locais. (p. 24, tradução nossa)

Um exemplo da ocorrência desse processo é o empoderamento que tem ocorrido nas comunidades ribeirinhas sobre o manejo pesqueiro, devido ao aumento da pesca predatória, “pescadores começaram a restringir o acesso de grandes barcos de pesca comercial a lagos próximos as suas comunidades [...] esse processo tem ocorrido através de acordos de pesca” (Silva, 2016, p. 25, tradução nossa). Se tornando uma estratégia muito significativa tanto para evitar a exploração como também garantindo a subsistência das famílias da região, já que além de fonte de renda, o consumo de peixe é a base da alimentação da população ribeirinha (Silva, 2016).

O pirarucu (*Arapaima gigas*, Arapaimidae) é um dos maiores peixe de água doce que “Devido ao seu alto valor ecológico, econômico e cultural, grande tamanho corporal, maturidade tardia e ninhadas pequenas, *Arapaima* spp. é altamente vulnerável a superexploração, e foi levado à extinção local em muitas localidades” (Silva, 2016). O manejo do pirarucú

realizado pelas comunidades da RESEX Médio Juruá e a RDS de Uacari também é regido pelos acordos de pesca como forma de regular o uso desses recursos (Figura 3).

Figura 3: Manejo do pirarucu na comunidade Lago Serrado.



Fonte: Moraes (2021).

Uma cadeia presente em todas as comunidades do território do Médio Juruá é da farinha de mandioca. Item da cesta básica regionalizada por ser um alimento indispensável para o povo amazense (Moraes & Schor, 2010), a farinha é produzida para a manutenção da segurança alimentar da região, todo o excedente da produção é vendido nas cantinas da ASPROC como moeda de troca para aquisição de outros alimentos, itens domésticos, de higiene pessoal e utensílios necessários para as atividades agroextrativistas da região.

O açaí nativo é um produto muito comum e presente em todas as comunidades de Carauari. Entretanto, por ser um produto muito perecível e que requer uma alta exigência de higiene no processo de produção tem uma comercialização mais interna no município, tendo o seu preço no valor de R\$ 1,00 (um real) a R\$ 2,00 (dois reais) por cacho do fruto na cidade (Siqueira, 2018). O município já conta com uma agroindústria para o processamento de açaí e outras frutas, a agroindústria Açaí Tupã, mas que devido a problemas logísticos e de gestão acabou tendo suas atividades reduzidas nos últimos anos. Recentemente, o município tem passado por prospecções da empresa Bertoline para levar a agroindústria fluvial para Carauari com o objetivo de processar açaí para comercialização fora do estado do Amazonas.

Uma cadeia que está presente na região há 20 anos é a de madeira manejada que surgiu como uma resposta a extração ilegal e predatória que ocorria durante décadas na região. O processo de licenciamento ainda é um entrave para avanço dessa atividade legalizada, muito pela ausência de documentação fundiária. Nas unidades de conservação há 01 plano de manejo florestal comunitário na RESEX Médio Juruá licenciado, tendo a ASPROC e AMECSARA como responsáveis, e 03 planos de manejo florestal sustentáveis em pequena escala na RDS Uacari, articulados pela AMARU. Fora das unidades de conservação existem mais de 20 planos de manejo florestal que aguardam renovação das licenças para a continuidade da atividade na região.

Existem outros produtos da sociobiodiversidade desenvolvidos em menor escala, mas que possuem valiosa importância para a região, entre as quais está a de óleo de andiroba e saboaria artesanal desenvolvidas pelas mulheres da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá – ASMAMJ e da Associação Agroextrativista da Nova Esperança – AANE.

A proteção de quelônios ainda não é uma cadeia explorada economicamente, mas possuía uma importância ambiental na região, sua proteção ocorre nas diversas praias de tabuleiro distribuído ao longo da RESEX do Médio Juruá e RDS Uacari, um trabalho que é cultural e já vem sendo desenvolvido há mais de 20 anos pelos próprios moradores de forma voluntária. Entretanto, existe a possibilidade do manejo de quelônios na região para a comercialização que vem sendo apresentado como uma nova forma de uso racional dos recursos da região e geração de renda para os povos da floresta.

A ASPROC tem um papel estratégico no desenvolvimento das cadeias. Por ser a organização mais antiga e mais bem estruturada, cabe a ela auxiliar no processo de escoamento da produção, seja por meio do uso do barco/balsa da associação ou pelo projeto desenvolvido em 2009 com o desenvolvimento do Projeto “Comércio Ribeirinho Solidário” que possibilita tanto a venda como a compra de produtos produzidos pelos pequenos produtores, fortalecendo o comércio local e a segurança alimentar (Carvalho & Costa, 2017; Vidal, 2020). Entretanto, no início das primeiras tentativas do Comércio ribeirinho em 1996 havia muita dificuldade financeira e logística. Cabe ressaltar que a ao longo dos mais de 30 anos de existência a organização passou por dificuldades para sua continuidade.

Nós não tínhamos capital de giro, era uma coisinha muito pouca que não dava para comprar muita coisa. Era um barco pequeno e a gente levava pouca mercadoria. Os sócios reclamavam muito porque a gente começava da última comunidade para as mais próximas e quando chegava mais perto já não tinha mais mercadoria. Eu viajava muito só. A gente sofria muito ouvindo os comunitários, porque eles não tinham condições de ir para Carauari. A construção do barco da ASPROC foi com a contribuição de retirada de madeira das comunidades e construção do barco em Carauari (E. P., 2022).

Essa ASPROC que a gente ver hoje desse tamanho com o capital de giro de mais de muito alto, a gente fez ao menos 02 assembleias que um dos pontos era acabar com ela, tão difícil que estava, era ponto de pauta. Aí ficou. Eu lembro que uma delas para não acabar a gente fez uma lista de 40 chefes de família e cada um fez uma saca de farinha e doou para a ASPROC para poder levantar capital para ter condições de ter sua documentação em dia, sua vida jurídica em dia (M. C., 2022).

Dessa forma, o processo de organização social e comunitária de Carauari passou por diversas dificuldades devido a lutas de classes dentro com os seringalistas, bem como com as dificuldades inerentes a organização social e as especificidades do território do Médio Juruá.

Ao olhar as cadeias produtivas desenvolvidas no Médio Juruá, é notório que todas elas estão vinculadas às organizações locais existentes nesse território. Logo, as organizações sociais nessa região foram criadas para além da defesa de direitos, objetivo principal estatutário da imensa maioria delas, mas, sobretudo, para a geração de renda por meio de produtos da sociobiodiversidade.

Essa configuração insere o território do Médio Juruá em um modelo de governança semelhante a definida por Ostrom et al. (2009) como policêntrica, pois essa gestão é compartilhada com a participação de atores locais, regionais e internacionais de diferentes segmentos sociais para utilização sustentável dos recursos naturais. Esse modelo de governança que vem sendo construída na região permite a região acessar novos mercados, beneficiar produtos da sociobiodiversidade na própria região e promover a sustentabilidade com a conservação da floresta (Figura 4)

Figura 4: Assembleia da ASPROC realizada em 2022 na comunidade Pupuaf.



Fonte: Guimarães (2022).

O grande desafio para o Médio Juruá está no processo de continuidade das lutas sociais para a manutenção dos benefícios e direitos já conquistados, bem como a continuidade do trabalho de base. Esse aspecto é crucial para o território, pois somente por meio dele que essa trajetória terá continuidade e força para continuar avançando.

Um dos maiores desafios nosso ainda é continuar trabalhando o fortalecimento da organização comunitária, a valorização e reconhecimento para a nossa juventude, para o nosso jovem, para o nosso adolescente a importância dessas organizações, do trabalho, das dificuldades que foram para chegar a essas conquistas. Ainda percebo que isso é uma dificuldade, nós temos trabalhado, mas não temos avançado nesse aspecto (M. S., 2022).

Cabe ressaltar que como em qualquer campo social, o Médio Juruá também é campo de disputa (Bourdieu, 1989). Existem divergências entre as organizações e disputas internas que são resolvidas de forma democrática nas reuniões das diretorias das associações, assembleias e reuniões do Fórum do Território do Médio Juruá. Isso evidencia que esse território é um espaço social em construção, primado pelo processo participativo e permitindo o contraditório. Logo, assim como Rio Juruá é definido como um rio vivo e em construção, a representação social em suas margens apresenta a mesma dinâmica.

O fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade agregado a alta organização social e política encontrada no Médio Juruá possibilitam a efetividade na gestão de unidades de conservação com um alto poder de proteção dos recursos naturais, de geração de renda com valor agregado e de melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas das margens do rio Juruá que pelas lutas sociais têm deixado às margens de políticas públicas e se tornados protagonistas e produtores do seu espaço de sua história

4. Considerações Finais

A produção do espaço do território do Médio Juruá é fruto dos processos de resistência de seringueiros, pescadores, agricultores e ribeirinhos, vulnerabilizados por modelos de exploração e violação de direitos que encontraram nos processos formativos do MEB o caminho para a transformação de suas realidades. A criação das duas unidades de conservação foi protagonizada pelos atores locais, sendo os mesmos agentes centrais da construção e gestão de seus territórios.

Nesse sentido, o processo de exploração dos trabalhadores ocorrido nos ciclos econômicos da borracha somado ao empoderamento promovido pelo MEB e parceiros desencadeou no território do Médio Juruá a produção do espaço na região, transformando relações de trabalho, modos de vida e modelo de gestão dos recursos naturais. Entretanto, cabe ressaltar que o principal instrumento para esse processo foram as organizações sociais do Médio Juruá, criadas e fortalecidas para efetivação da sustentabilidade na floresta e desenvolvendo negócios ligados à sociobiodiversidade.

Esse processo reconfigurou não só as relações de trabalho, mas o sistema socioambiental da região que anteriormente era marcado por um modelo vinculado capitalismo e passou a ser moldado por fundamentos da economia solidária com princípios ecológicos. Esse novo modelo tem apostado nas cadeias da sociobiodiversidade de forma múltipla e não isolada, compreendendo a necessidade da utilização cíclica e disponibilidade sazonal dos recursos naturais e evitando a pressão econômica sob apenas poucos recursos, priorizando o uso racional deles.

A história do Médio Juruá é marcada por lutas, processos participativos e conquistas é um evidente exemplo de luta por justiça socioambiental dentro da floresta amazônica e efetivação da sustentabilidade, promovendo a conservação ambiental, mas sobretudo com a participação popular, geração de renda e respeito a aspectos culturais da região. As organizações sociais em Carauari se articulam de forma unificada, pois já entenderam com seu processo histórico que são mais fortes unidas para exercerem intervenções políticas importantes para o desenvolvimento da região.

No manuscrito foi possível representar a luta de um povo que clamava por liberdade e igualdade, que ao longo dos anos veio construindo seu espaço e transformando sua realidade. Assim podemos observar o quão forte são pessoas organizadas em prol de seus objetivos e que a construção de caminhos para um futuro de direitos iguais remete a povos organizados e envolvidos dentro do contexto sociopolítico democrático.

Nesse estudo, a ritmanálise demonstrou-se ser uma episteme estratégica para a representação da realidade e das transformações protagonizadas pelas organizações sociais do Médio Juruá. Sua proposta metodológica de proximidade com os atores, redes e ritmos trouxe um maior acúmulo e nuances cruciais para a compreensão da realidade desse território, pois os fatos aqui descritos não são apenas observados, mas sentidos e vivenciados.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES por financiar a bolsa da pesquisa de doutorado que deu origem a esse artigo e, principalmente, as populações do Médio Juruá que compartilharam tanto com os autores dessa pesquisa e nos acolheram como parte desse território fantástico que é o Médio Juruá.

Referências

- Achselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119.
- Alegretti, M. H. A. (2002). Construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – DF.
- Alier, J. M. (1997). O ecologismo dos pobres. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, v. 1.
- Allegretti, M. (2008). A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 18.
- Becker, B. K. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86.
- Bernardes, C. (2013). Avaliação integrada de impacto à saúde de ações de saneamento em comunidades de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bernardes, C., Bernardes, R. S., Günther, W. M. R. (2018). Eng Sanit Ambient, v.23 n.4, p. 697 – 706.
- Bernardes, R. S. & Costa, A. A. D., Bernardes, C. (2018). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 263-280.

- Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro. *Bertrand Brasil*.
- Da Silva Guimarães, D. F. (2021). Impactos das cheias no município Carauari, Médio Juruá no Amazonas. *Revista Amazônia Latitude*.
- De Oliveira Moraes & A., Schor, T. (2010). Redes, rios e a cesta básica regionalizada no Amazonas, Brasil (Nets, rivers and regionalized food staples in Amazonas, Brazil). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 7, p. 79-89.
- Derickx, J. (1993). No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora. *Vozes*.
- Florentino, G. D., Freitas, J. S., Rodrigues, D. O., Nascimento, J. R. M., Padilha, L. M. (2017). Desafios de pescadores a subsistência na Amazônia. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*.
- Freire, P. (2018). Pedagogia da libertação em Paulo Freire. *Editora Paz e Terra*.
- Gonçalves Junior, O., Spatti, A. C., Pimenta, K. K. P., Baia, P. M. (2021). Redes de Organizações da Sociedade Civil: Proposição de uma ferramenta de análise. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e59010112108, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.12108. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12108>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- Jatobá, S. U. S., Cidade, L. C. F., Vargas, G. M (2009). Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e estado*, v. 24, n. 1, p. 47-87.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- Lefebvre, H. (2013). *Rhythmanalysis: Space, time and everyday life*. *Bloomsbury Publishing*.
- Ostrom, E. (2009). A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422.
- Raffestin, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: *Ática*.
- Schweickardt, K. H. S. C. (2010). As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no Médio Rio Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Silva, J. V. C. (2016). Manejo participativo nas várzeas amazônicas e seus efeitos multi-tróficos. Tese (Doutorado em Ecologia) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Siqueira, J. A. S. et al. (2018). A cadeia de valor do açaí: uma estratégia sistêmica na conservação dos agroecossistemas amazônicos no município de Carauari-AM.
- Veloso, N. S. L. (2019). Política Pública de Abastecimento Pluvial: Água Da Chuva Na Amazônia, e Por Que Não? Tese (Doutorado e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém.
- Vidal, T. C. S. (2020). A usina do Roque: produção (in)sustentável de óleos e Manteigas Vegetais Para Uma Indústria de Cosméticos na Amazônia. Dissertação (Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM.
- Vidal, T. C. S., Simão, M. O. A. R., De Almeida, V. F. (2021). A sustentabilidade da produção de óleos e manteigas vegetais em comunidade amazônica-RESEX Médio Juruá. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e32710313478-e32710313478.